

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	604.037.610
Preferenciais	0
Total	604.037.610
Em Tesouraria	
Ordinárias	35.860
Preferenciais	0
Total	35.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.366.037	1.354.329
1.01	Ativo Circulante	621.124	653.343
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.893	113.589
1.01.01.01	Caixa e bancos	19	3
1.01.01.02	Aplicações financeiras	108.874	113.586
1.01.02	Aplicações Financeiras	82.254	122.601
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	82.254	122.601
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	82.254	122.601
1.01.03	Contas a Receber	409.294	398.951
1.01.03.01	Clientes	409.294	398.951
1.01.03.01.01	Valores a receber de cliente	203	134
1.01.03.01.02	Juros sobre o capital proprio e dividendos	2.942	2.904
1.01.03.01.05	Direitos de créditos autônomos	406.149	395.913
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.791	6.341
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.791	6.341
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.892	11.861
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	11.764	11.764
1.01.08.03	Outros	128	97
1.01.08.03.01	Outras contas	128	97
1.02	Ativo Não Circulante	1.744.913	700.986
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	512.651	496.325
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	54.074	7.347
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	54.074	7.347
1.02.01.03	Contas a Receber	456.751	487.176
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	456.751	487.176
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.826	1.802
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	1.826	1.802
1.02.02	Investimentos	1.232.146	204.533
1.02.02.01	Participações Societárias	1.232.146	204.533
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	18.212	12.082
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.213.934	192.451
1.02.03	Imobilizado	89	100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	89	100
1.02.03.01.01	Imobilizado	89	100
1.02.04	Intangível	27	28
1.02.04.01	Intangíveis	27	28
1.02.04.01.02	Intangível	27	28

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.366.037	1.354.329
2.01	Passivo Circulante	377.754	517.682
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	708	653
2.01.01.01	Obrigações Sociais	29	171
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	29	171
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	679	482
2.01.02	Fornecedores	164	297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	164	297
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.613	1.269
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.612	1.267
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.502	199
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	110	1.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	357.769	496.019
2.01.04.02	Debêntures	357.769	496.019
2.01.05	Outras Obrigações	16.500	19.444
2.01.05.02	Outros	16.500	19.444
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	12.709	19.444
2.01.05.02.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	3.791	0
2.02	Passivo Não Circulante	721.382	553.503
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	626.216	509.589
2.02.01.02	Debêntures	626.216	509.589
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por Repasse	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	93.006	41.754
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.006	41.754
2.03	Patrimônio Líquido	1.266.901	283.144
2.03.01	Capital Social Realizado	1.052.265	181.522
2.03.04	Reservas de Lucros	30.585	30.585
2.03.04.01	Reserva Legal	17.757	18.236
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	12.833	12.354
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.526	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	170.525	71.037

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.440	30.951
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.003	-31.056
3.03	Resultado Bruto	-5.563	-105
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.383	-955
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.259	-1.169
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	512	361
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.130	-147
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-180	-1.060
3.06	Resultado Financeiro	17.497	3.927
3.06.01	Receitas Financeiras	17.941	3.976
3.06.02	Despesas Financeiras	-444	-49
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.317	2.867
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.791	-1.609
3.08.01	Corrente	-3.791	-1.609
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.526	1.258
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.526	1.258
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02239	0,00859

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	13.526	1.258
4.02	Outros Resultados Abrangentes	99.488	9.013
4.02.01	Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	150.740	9.587
4.02.03	Participação no resultado abrangente de coligada	0	2.686
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	-51.252	-3.260
4.03	Resultado Abrangente do Período	113.014	10.271

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.745	31.253
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.777	1.520
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	13.526	1.258
6.01.01.02	Depreciação e amortização	12	15
6.01.01.07	Provisão para contingência	0	112
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-6.130	147
6.01.01.10	Receitas com títulos e valores mobiliários	-648	-428
6.01.01.11	Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.791	0
6.01.01.12	Despesas com provisão de férias, 13º sal. e encargos	207	207
6.01.01.13	Outras receitas/despesas	0	-354
6.01.01.14	Variação monetária líquida	4.437	-271
6.01.01.15	Amortização de custo de transação	582	834
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.968	29.733
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto juros sobre o capital próprio e dividendos)	-69	333
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	-38	21.891
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-2.450	-1.529
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-6.380	-53.801
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-24	-123
6.01.02.07	(Aumento)/diminuição de outras contas	-31	-103
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de fornecedores	-133	-187
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	55	49
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	1.344	-2.251
6.01.02.11	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	-6.735	-89
6.01.02.12	Aumento/(diminuição) de obrigações debêntures	0	24.811
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.488	0
6.01.02.15	Recebimentos de créditos autônomos	51.917	40.732
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.348	7
6.02.01	Venda de ativo imobilizado	0	7
6.02.04	Recebimentos de títulos e valores mobiliários	1.348	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-57.789	-11.862
6.03.01	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	0	-3
6.03.02	Amortização de debêntures sêniores	-50.894	-9.227
6.03.04	Juros pagos das debêntures sêniores	-6.895	-2.632
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.696	19.398
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	113.589	79.929
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	108.893	99.327

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.743	0	0	0	0	870.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.647.758	0	0	0	0	1.647.758
5.04.09	Provisão para redução de capital - Convênios	-777.015	0	0	0	0	-777.015
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.526	99.488	113.014
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.526	0	13.526
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.488	99.488
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	150.740	150.740
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-51.252	-51.252
5.07	Saldos Finais	1.052.265	-5	30.590	13.526	170.525	1.266.901

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	-5	36.108	0	92.288	278.391
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	-5	36.108	0	92.288	278.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3	0	0	-3
5.04.06	Dividendos	0	0	-3	0	0	-3
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.258	9.013	10.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.258	0	1.258
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.013	9.013
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	2.686	2.686
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	9.587	9.587
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-3.260	-3.260
5.07	Saldos Finais	150.000	-5	36.105	1.258	101.301	288.659

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	33.104	1.964
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	161	1.964
7.01.02	Outras Receitas	32.943	0
7.01.02.01	Receitas de recuperações de créditos	570	0
7.01.02.02	Receitas de atualizações de créditos	31.861	0
7.01.02.03	Outras receitas	512	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-653	-621
7.02.04	Outros	-653	-621
7.02.04.01	Custos processuais	-22	-101
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-205	-132
7.02.04.03	Despesas administrativas	-426	-388
7.03	Valor Adicionado Bruto	32.451	1.343
7.04	Retenções	-12	-15
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	-15
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	32.439	1.328
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.039	3.516
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.130	-147
7.06.02	Receitas Financeiras	17.818	3.658
7.06.03	Outros	91	5
7.06.03.01	Receitas de participações acionárias	91	5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	56.478	4.844
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	56.478	4.844
7.08.01	Pessoal	1.665	1.352
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.451	1.083
7.08.01.02	Benefícios	133	145
7.08.01.03	F.G.T.S.	81	124
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.921	2.175
7.08.02.01	Federais	3.904	2.113
7.08.02.02	Estaduais	3	3
7.08.02.03	Municipais	14	59
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.366	59
7.08.03.01	Juros	36.747	0
7.08.03.02	Aluguéis	11	10
7.08.03.03	Outras	608	49
7.08.03.03.01	Obrigações por repasse	164	0
7.08.03.03.02	Despesas financeiras	444	49
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.526	1.258
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.526	1.258

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.370.703	1.355.469
1.01	Ativo Circulante	644.002	666.565
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.893	113.589
1.01.01.01	Caixa e bancos	19	3
1.01.01.02	Aplicações financeiras	108.874	113.586
1.01.02	Aplicações Financeiras	104.860	138.297
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	104.860	138.297
1.01.03	Contas a Receber	406.390	396.047
1.01.03.01	Clientes	406.390	396.047
1.01.03.01.01	Valores a receber de clientes	203	134
1.01.03.01.02	Juros sobre capital próprio e dividendos	38	0
1.01.03.01.03	Direitos de créditos autônomos	406.149	395.913
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.967	6.771
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.967	6.771
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	11.967	6.771
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.892	11.861
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	11.764	11.764
1.01.08.01.01	Imóveis para venda	11.764	11.764
1.01.08.03	Outros	128	97
1.01.08.03.01	Outras contas	128	97
1.02	Ativo Não Circulante	1.726.701	688.904
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	512.651	496.325
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	54.074	7.347
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	54.074	7.347
1.02.01.03	Contas a Receber	456.751	487.176
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	456.751	487.176
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.826	1.802
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.826	1.802
1.02.02	Investimentos	1.213.934	192.451
1.02.02.01	Participações Societárias	1.213.934	192.451
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.213.934	192.451
1.02.03	Imobilizado	89	100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	89	100
1.02.03.01.01	Imobilizado	89	100
1.02.04	Intangível	27	28
1.02.04.01	Intangíveis	27	28
1.02.04.01.02	Intangível	27	28

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.370.703	1.355.469
2.01	Passivo Circulante	382.420	518.822
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	712	653
2.01.01.01	Obrigações Sociais	29	171
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	29	171
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	683	482
2.01.02	Fornecedores	164	297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	164	297
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.099	2.409
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.415	2.210
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.302	1.142
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	113	1.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	684	199
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	357.769	496.019
2.01.04.02	Debêntures	357.769	496.019
2.01.05	Outras Obrigações	19.676	19.444
2.01.05.02	Outros	19.676	19.444
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	12.709	19.444
2.01.05.02.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	6.967	0
2.02	Passivo Não Circulante	721.382	553.503
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	626.216	509.589
2.02.01.02	Debêntures	626.216	509.589
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por repasse	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	93.006	41.754
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.006	41.754
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.266.901	283.144
2.03.01	Capital Social Realizado	1.052.265	181.522
2.03.04	Reservas de Lucros	30.585	30.585
2.03.04.01	Reserva Legal	17.757	18.236
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	12.833	12.354
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.526	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	170.525	71.037

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.440	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.003	0
3.03	Resultado Bruto	-5.563	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-933	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.445	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	512	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.496	0
3.06	Resultado Financeiro	26.989	0
3.06.01	Receitas Financeiras	27.433	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-444	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.493	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.967	0
3.08.01	Corrente	-6.967	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.526	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.526	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.526	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02239	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.526	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	99.488	0
4.02.01	Varição no valor justode ativos financeiros disponíveis para venda	150.740	0
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	-51.252	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	113.014	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	113.014	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.745	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.083	0
6.01.01.01	Lucro líquido do período	13.526	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	12	0
6.01.01.06	Receitas com títulos e valores mobiliários	-648	0
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.967	0
6.01.01.08	Despesas com provisão para férias, 13 sal. e encargos	207	0
6.01.01.09	Variação monetária líquida	4.437	0
6.01.01.10	Amortização de custo de transação	582	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	26.662	0
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto juros sobre capital próprio e dividendos)	-69	0
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	-38	0
6.01.02.03	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-5.196	0
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-13.290	0
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-24	0
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de outras contas	-31	0
6.01.02.07	Aumento/(diminuição) de fornecedores	-133	0
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	58	0
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	1.691	0
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	-6.735	0
6.01.02.12	Recebimentos de créditos autônomos	51.917	0
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.488	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.348	0
6.02.04	Recebimentos de títulos e valores mobiliários	1.348	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-57.789	0
6.03.04	Amortização de debêntures sêniores	-50.894	0
6.03.06	Juros pagos das debêntures sêniores	-6.895	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.696	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	113.589	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	108.893	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.743	0	0	0	0	870.743	0	870.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.647.758	0	0	0	0	1.647.758	0	1.647.758
5.04.08	Provisão para redução de capital - Convênios	-777.015	0	0	0	0	-777.015	0	-777.015
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.526	99.488	113.014	0	113.014
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.526	0	13.526	0	13.526
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.488	99.488	0	99.488
5.05.02.06	Varição no valor justo dos ativo financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	150.740	150.740	0	150.740
5.05.02.07	Tributos s/varição no valor justo dos ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	-51.252	-51.252	0	-51.252
5.07	Saldos Finais	1.052.265	-5	30.590	13.526	170.525	1.266.901	0	1.266.901

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	33.104	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	161	0
7.01.02	Outras Receitas	32.943	0
7.01.02.01	Receitas de recuperações de créditos	570	0
7.01.02.02	Receitas de atualizações de créditos	31.861	0
7.01.02.03	Outras receitas	512	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-799	0
7.02.04	Outros	-799	0
7.02.04.01	Custos processuais	-22	0
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-205	0
7.02.04.03	Despesas administrativas	-572	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	32.305	0
7.04	Retenções	-12	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	32.293	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.401	0
7.06.02	Receitas Financeiras	27.310	0
7.06.03	Outros	91	0
7.06.03.01	Receitas de participações acionárias	91	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.694	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.694	0
7.08.01	Pessoal	1.705	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.491	0
7.08.01.02	Benefícios	133	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	81	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.097	0
7.08.02.01	Federais	7.080	0
7.08.02.02	Estaduais	3	0
7.08.02.03	Municipais	14	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.366	0
7.08.03.01	Juros	36.747	0
7.08.03.02	Aluguéis	11	0
7.08.03.03	Outras	608	0
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	444	0
7.08.03.03.02	Obrigações por repasse	164	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.526	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.526	0

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

No primeiro trimestre de 2014, o acionista controlador Estado de Minas Gerais decidiu aumentar o capital social da Companhia mediante a transferência de 65.965.387 ações preferenciais de sua propriedade, emitidas pela Companhia Energética de Minas – CEMIG, avaliadas em R\$870.743 conforme preço médio ponderado por ação no período de 06 de fevereiro de 2014 a 19 de fevereiro de 2014. Este foi o principal fator que levou ao crescimento de 347,44% observado no Patrimônio Líquido da Companhia, que totalizava R\$283.144 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e passou a R\$1.266.901 em 31 de março de 2014.

O aumento da participação societária na investida CEMIG, mediante o aporte de capital supramencionado, foi preponderante para o crescimento do Ativo Total da Companhia, que era de R\$1.355.469 em 31 de dezembro de 2013 e aumentou para R\$2.370.703 em 31 de março de 2014 (crescimento de 74,90%).

O endividamento total da MGI em 31 de março de 2014 é de R\$1.103.802, que corresponde a 87,13% do Patrimônio Líquido, apresentando pequeno aumento de 2,94% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando totalizava R\$1.072.325.

A composição do endividamento é de 34,65% de obrigações de curto prazo e 65,35% de obrigações de longo prazo. As dívidas totais concentram-se, sobretudo, em obrigações com emissão de debêntures subordinadas com liquidação até 24 de julho de 2022 e debêntures seniores com garantia real com liquidação até 30 de agosto de 2017, que somavam R\$983.985 no fim do primeiro trimestre, representando 89,15% do endividamento total.

A Companhia possui recursos suficientes para quitar suas obrigações, apresentando índice de liquidez geral de 1,05 em 31 de março de 2014, enquanto o índice de liquidez seca, que mede a sua capacidade de pagar as dívidas de curto prazo, é de 1,65 no período.

Comentário do Desempenho



2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A receita operacional líquida no período alcançou R\$32.440, apresentando um aumento de 4,81% em relação a igual período de 2013, quando atingiu R\$30.951. Esta receita foi gerada unicamente pela controladora, uma vez que sua subsidiária auferiu apenas receitas financeiras no exercício.

As variações monetárias ativas provenientes dos direitos de crédito autônomos totalizaram R\$31.729 no primeiro trimestre de 2014, superior em 8,64% ao valor auferido em igual período de 2013 (R\$29.204). Esta receita corresponde a 97,80% da receita operacional líquida apurada no primeiro trimestre de 2014, enquanto, no mesmo período de 2013, representava 94,36%.

As receitas de investimentos provenientes das participações acionárias da MGI em empresas situadas no território mineiro foram da ordem de R\$101 no período (R\$5 no 1º trimestre de 2013).

A receita de prestação de serviços proporcionada pelos contratos celebrados com o Estado de Minas Gerais para administração de ativos e alienação de bens imóveis foi da ordem de R\$161 (R\$1.067 no 1º trimestre de 2013). O decréscimo de 84,87% é decorrente do encerramento de alguns contratos celebrados no exercício anterior para alienação de bens imóveis.

As receitas provenientes da recuperação de créditos das carteiras Bemge e Credireal totalizaram R\$570 no 1º trimestre de 2014, apresentando um decréscimo de 36,45% em relação ao valor apurado em igual período do ano anterior (R\$897). A redução observada decorre da morosidade e imprevisibilidade dos atos jurídicos que cercam os processos de cobrança dos créditos, dos entraves e obstáculos utilizados pelos devedores, aliado ainda à temporalidade em que os empréstimos foram concedidos, e em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixas ou nenhuma capacidade de pagamento, corroborado também por garantias frágeis e de difícil realização.

As receitas financeiras apresentaram um crescimento de 589,96% em comparação com igual período do exercício anterior (R\$27.433 no 1º trimestre de 2014 e R\$3.976 no 1º trimestre de 2013). Estas receitas são compostas predominantemente por rendimentos de aplicações

Comentário do Desempenho



financeiras junto a bancos públicos e privados de primeira linha, em fundos de investimentos conservadores e em títulos de renda fixa (CDB), lastreados por mais de 80% de títulos federais a uma rentabilidade média de 98% da taxa CDI. Do total de receitas financeiras do período, 34,60% foram auferidas pela subsidiária EMIP.

Os custos dos serviços prestados aumentaram 22,37% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$38.003 em 31 de março de 2014; R\$31.056 em 31 de março de 2013). Este acréscimo se deve à correção monetária das debêntures seniores e subordinadas, que foi da ordem de R\$36.166, valor 24,86% superior ao apurado no mesmo período de 2013, que foi da ordem de R\$28.966. Estes custos representaram 95,16% do custo operacional no primeiro trimestre de 2014.

Pelas razões expostas acima, a Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2014, lucro líquido de R\$13.526, superior em 975,20% ao apurado em igual período de 2013, que foi da ordem de R\$1.258.

3. ASPECTOS OPERACIONAIS

3.1. Gestão de ativos

Em cumprimento ao contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda para administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da Minascaixa e privatização dos Bancos Bemge e Credireal, foi arrecadado e repassado à SEF o montante de R\$685 no 1º trimestre de 2014, relativo à recuperação de créditos e à alienação de bens imóveis.

3.2. Direitos de Crédito Autônomos

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um saldo de Direitos de Créditos Autônomos a receber de R\$883.089. No primeiro trimestre de 2014, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$31.728, enquanto os valores recebidos no trimestre totalizaram R\$51.917. Desta forma, em 31 de março de 2014 a carteira possui um saldo de R\$862.900 a receber.

Comentário do Desempenho



3.3. Debêntures

No primeiro trimestre de 2014, a MGI pagou aos debenturistas o montante de R\$6.895 a título de juros remuneratórios e R\$50.894 a título de amortização do principal da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, Série Única, emitidas em 30 de agosto de 2012.

A Companhia possui, em 31 de março de 2014, um saldo de R\$177.547 a pagar aos detentores das debêntures da 3ª Emissão, enquanto as debêntures subordinadas, da 2ª emissão, apresentam um saldo a pagar de 806.438.

A Companhia vem cumprindo rigorosamente seus prazos de pagamento da remuneração e da amortização das Debêntures Seniores e Subordinadas, conforme previsto nas respectivas Escrituras.

3.4 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$ 730.677 e R\$134.303, respectivamente.

O objetivo dessa operação é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Do valor mencionado, o Estado de Minas Gerais já integralizou, até 31 de março de 2014, o valor de R\$810.311, dos quais R\$ 139.152 foram repassados aos municípios em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais, conforme demonstrado abaixo:

Comentário do Desempenho



Convênios	Controladora e Consolidado
	31/12/2013
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	3.320
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDVAN	1.925
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	46.919
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	10.131
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	2.000
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	42.461
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	32.396
	139.152

4. ACESSO A INFORMAÇÃO NA MGI

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012 o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, como vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar

Comentário do Desempenho



o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Debêntures, Concursos, Editais, Institucionais, Transparência e Conselho de Ética”, de forma objetiva, linguagem acessível e agrupada no mesmo espaço, informações sobre a gestão administrativa, orçamentária e financeira, além dos resultados da atuação da Diretoria Executiva.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – onde já era possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

5. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresa Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e ainda no Portal de notícias com página na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.mgipart.com.br.

Comentário do Desempenho



6. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2014.

A Administração.

Notas Explicativas



1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens, não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros), aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada à contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Notas Explicativas



Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as PPP, elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida empresa em 31 de março de 2014.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridos pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizaram, nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013 as importâncias de R\$ 570 e R\$ 897, respectivamente (veja nota 17).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada semestralmente.

Essas operações, por serem de difícil precificação e não acrescentarem nenhum valor ao preço de venda dos dois bancos, foram cedidas à Companhia por contrato. A cessão desses créditos teve como objetivo garantir a sua permanência em uma empresa sob controle acionário do EMG e, indiretamente, reduzir o custo do saneamento financeiro e patrimonial dos dois bancos estaduais, suportado pelo acionista controlador (EMG). O recebimento dessas operações não tem um comportamento uniforme e depende muito da evolução dos procedimentos jurídicos de cobrança de cada crédito, bem como da superação de entraves e obstáculos utilizados pelos devedores. A tendência de recuperação é declinante, pois são dívidas bem antigas, contraídas, em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixa ou nenhuma capacidade de pagamento e suportadas geralmente por garantias frágeis e de difícil realização.

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” – vide nota 6 c).

Notas Explicativas



A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$ 862.900, em 31 de março de 2014, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 6)

De forma a adquirir recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, a Companhia realizou a segunda Emissão de Debêntures Subordinadas no montante de R\$1.819.000 (“Debentures Subordinadas”), totalmente subscrita pelo EMG em pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, e como forma de captação de recursos para amortizá-las, realizou a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”) com terceiros, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, no montante de R\$ 316.000 (vide nota 12), cujo recebimento integral foi utilizado para amortização das Debêntures Subordinadas.

2 Políticas contábeis

Base de Preparação

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As Informações Contábeis Intermediárias individuais da MGI, aqui apresentadas sob o título de Controladora, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 “Demonstrações Intermediárias”, de forma condizente com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis à elaboração das ITRs;
- As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 “Demonstrações Intermediárias” e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, de forma condizente com as normas estabelecidas pela (“CVM”) aplicáveis à elaboração das ITRs.

Essas Informações Contábeis Intermediárias são aplicáveis à elaboração das ITRs, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 28 de maio de 2014.

Consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Participações S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Notas Explicativas



Na elaboração das informações intermediárias consolidadas foram utilizadas as informações intermediárias individuais da subsidiária integral na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados das empresas incluídas na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações financeiras e se não há cotação de mercado, através de uma técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 21. o).

b. Direitos de Créditos Autônomos

Os valores justos no reconhecimento inicial dos Direitos de créditos autônomos são estimados usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. O valor justo é determinado na data de reconhecimento inicial. Vide detalhes das premissas utilizadas na nota explicativa 21.n.

c. Debêntures Subordinadas

Para apuração do valor justo no reconhecimento inicial das Debêntures Subordinadas, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo do contrato de cessão de Direitos de Créditos Autônomos, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos.

d. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas - “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante de R\$316.000 foi considerado o valor justo no reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

e. Opção de resgate antecipado

A Companhia tem uma opção de resgate antecipado das Debêntures Subordinadas, que caso optasse

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

por exercer, consistiria no pagamento ao Debenturista Subordinado (EMG) um Prêmio correspondente à diferença entre os saldos dos Direitos de Créditos Autônomos e o saldo do valor das Debêntures Subordinadas. Esta opção representa um derivativo embutido ao instrumento financeiro principal. A opção de resgate antecipado do contrato de dívida não está relacionada com o contrato principal, uma vez que o preço de exercício da opção não é aproximadamente igual em cada data de exercício ao custo amortizado do instrumento de dívida, principalmente em função dos seguintes aspectos:

- O preço de exercício da opção prevê explicitamente um prêmio acima do valor nominal da dívida;
- O custo amortizado da dívida é esperado ser menor do que o valor nominal dos Direitos de Créditos Autônomos em função da atualização ser de 85% da taxa livre de risco ("CDI"); e
- Uma vez que a opção de resgate envolve a entrega de direitos aos fluxos de caixa dos Direitos de Créditos Autônomos, o preço da opção está atrelado ao valor desses direitos.

A Companhia assumiu um passivo cujo vencimento será na data de 24 de Julho de 2022. Com base nestas características, a opção deve ser contabilizada separadamente como um derivativo embutido, com reconhecimento inicial pelo valor justo. Desta forma, como a mensuração do valor justo do instrumento financeiro é atrelada à probabilidade da Companhia exercer a opção, o valor justo no reconhecimento inicial se aproxima de zero.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	19	3	19	3
Aplicações financeiras	108.874	113.586	108.874	113.586
	108.893	113.589	108.893	113.589

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

5 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Arcelor Mittal	a.	2.511	3.963	2.511	3.963
TDA	b.	146	159	146	159
Aplicações financeiras vinculadas	c.	68.292	118.346	68.292	118.346
Aplicações financeiras	d.	11.305	133	33.911	15.829
Circulante		82.254	122.601	104.860	138.297
Arcelor Mittal	a.	7.759	7.201	7.759	7.201
TDA	b.	-	146	-	146
Aplicações financeiras vinculadas	c.	46.315	-	46.315	-
Não Circulante		54.074	7.347	54.074	7.347
TOTAL		136.328	129.948	158.934	145.644

Notas Explicativas



Os títulos e valores mobiliários, da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e referem-se a:

- a. 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A.(incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos (créditos em liquidação) adquiridos por valores simbólicos, dado que tais créditos se encontravam totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras, portanto, reconhecidos com valores justos no momento inicial.

A Companhia efetuou a cobrança, no exercício findo em 31 de dezembro de 1999, de dois títulos da empresa Mendes Júnior Siderurgia S.A., vencidos em julho de 1997 e janeiro de 1998, cujos valores totalizavam R\$18.396 em 31 de dezembro de 1999. A companhia Belgo Mineira Participações S.A., sucessora da Mendes Júnior e posteriormente incorporada pela Arcelor Mittal, concordou em pagar tais títulos através de emissão de 54.914 debêntures, não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$18.396, sujeitas à atualização monetária anual pela variação do IGPM, amortizadas em 51 parcelas semestrais, cujo vencimento da primeira deu-se em 30 de junho de 2002 e vencimento final em 28 anos contados a partir de 31 de dezembro de 1999. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, o vencimento final foi repactuado para 17 anos, ou seja, 31 de dezembro de 2017.

A Companhia reconhece a receita correspondente aos valores negociados (R\$18.396) e o custo contábil, conforme o recebimento das parcelas semestrais e a atualização monetária pelo IGPM em bases mensais.

- b. 6.219 Títulos da Dívida Agrária – TDAE, recebidos em agosto/2010, por conta de liquidação de dívida, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012, com vencimento final em 1º de março de 2015.
- c. Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da segunda e terceira emissões. Tais contas foram abertas com a finalidade de atender à estrutura da operação prevista nas escrituras das referidas emissões de modo que sejam satisfeitos os saldos mínimos das contas correntes, calculados estes pelo Agente Fiduciário da terceira emissão em função das cinco parcelas de amortização e remuneração vincendas em cada data de verificação, dosando assim a liberação de recursos dos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos para uma conta de Livre Movimentação. Atendidos os saldos mínimos e demais garantias escriturais (Índice de Garantia e Índice de Cobertura – vide nota explicativa 12), o agente fiduciário da terceira emissão autoriza a liberação de recursos para a conta de Livre Movimentação na qual 90% de seu saldo serão compulsoriamente destinados ao pagamento de amortização e remuneração da segunda emissão de debêntures subordinadas.
- d. Valor referente a aplicação financeira da subsidiária, vinculada ao pagamento das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG) e autorizado pela Secretaria dos Estado de Fazenda (SEF).

Notas Explicativas



6 Contas a receber de clientes e outros créditos

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
JCP/Dividendos a receber	a.	2.942	2.904	38	-
Valores a receber de clientes	b.	189	120	189	120
Créditos a recuperar		14	14	14	14
Direitos de Créditos Autônomos	c.	406.149	395.913	406.149	395.913
Circulante		409.294	398.951	406.390	396.047
Direitos de Créditos Autônomos	c.	456.751	487.176	456.751	487.176
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Não Circulante		456.751	487.176	456.751	487.176
Total a receber de todos os créditos		866.045	886.127	863.141	883.223

- a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem de investimentos da Companhia, em participação acionária, na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG e Empresa Mineira de Parcerias S. A. – EMIP. O prazo de recebimento não ultrapassa a um exercício.
- b. A Companhia possui como principal cliente o EMG por meio de contrato de prestação de serviços firmado junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012 a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Créditos Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10. Tais créditos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais vigentes e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos à Companhia apurou um valor de R\$1.821.160 (R\$ 1.086.443, líquido do valor justo – vide nota 21. n), sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 13).

Direitos de Créditos Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de março de 2014.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	saldo em 31/12/2013	Movimentação	Atualização	Recebimentos	saldo em 31/03/2014
Circulante	395.913	57.950	4.203	(51.917)	406.149
Não Circulante	487.176	(57.950)	27.525	-	456.751
Totais	883.089	-	31.728	(51.917)	862.900

Notas Explicativas

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 21.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS

CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	7.469
Até 12 meses	212.175
de 12 a 24 meses	185.244
de 24 a 36 meses	160.923
de 36 a 48 meses	160.245
de 48 a 60 meses	135.864
Após 60 meses	272.434
Total do valor nominal atualizado	<u>1.134.354</u>
Direitos Creditórios Rompidos (1)	<u>463.263</u>
Efeito do Valor Justo no reconhecimento inicial (2)	<u>(734.717)</u>
Total	<u>862.900</u>

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, que teve como contrapartida o saldo das Debêntures Subordinadas no passivo não circulante tendo em vista que estas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos, após a amortização das Debêntures Seniores.

- d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A.. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS / COFINS	4	4	4	4
Saldos negativos IRPJ/CSLL	a. 4.995	1.459	4.995	1.459
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa	b. 3.792	4.878	6.968	5.308
Total	<u>8.791</u>	<u>6.341</u>	<u>11.967</u>	<u>6.771</u>

Pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2008 a 2011, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

Notas Explicativas

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

- a. A Companhia e sua subsidiária optaram pelo pagamento por estimativa de imposto de renda e contribuição social no exercício de 2014, devendo apurar o Lucro real em dezembro de 2014.

8 Depósitos judiciais

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Cível	a. 1.243	1.219	1.243	1.219
Tributária	b. 583	583	583	583
Total	1.826	1.802	1.826	1.802

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras *on-line*”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;
- b. O saldo em 31 de março de 2014 refere-se a depósito judicial de natureza fiscal de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, relacionado a processo judicial no qual a Receita Federal do Brasil contesta o não recolhimento do tributo no valor de R\$583 em 31 de dezembro de 2012 e 2013. A Administração considera a possibilidade de perda como remota, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão.

Movimentação de Depósitos Judiciais – controladora e consolidado:

	31/12/2013	31/03/2014		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Cível	1.219	33	(9)	1.243
Tributária	583	0	-	583
Total	1.802	33	(9)	1.826

Contingências não provisionadas

Os principais processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil. A subsidiária não possui processos judiciais.

- Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 6. d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$38.288. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.100. Valores atualizados pela taxa Selic até a data dessas informações trimestrais. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

Notas Explicativas



9 Investimentos

A Companhia possui participação acionária na Helibrás correspondente a 12,45% do Capital Social e 25% do Capital votante. Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela Lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

A Companhia possui uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., com capital social de R\$533.275, totalmente integralizado pelo acionista controlador e possui como um dos objetos sociais os pagamentos das contraprestações e oferecimento de garantias pelo Estado de Minas Gerais ao Programa Estadual de PPP's.

O valor destinado para este projeto foi de R\$530.516, sendo que R\$ 180.518 foram pagos como contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais, aos Parceiros Privados, conforme demonstrado abaixo:

Parcerias Público-Privadas	31/12/2013	movimentação	31/03/2014
	saldo inicial	adições	saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	88.785	34.646	123.431
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	24.424	17.321	41.745
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	10.267	5.075	15.342
	123.476	57.042	180.518

9.1 – Divulgação do Investimento na EMIP

- (i) A EMIP reclassificou parte do aporte recebido, R\$530.516, do acionista, MGI, do Patrimônio Líquido para Passivo não circulante, pois os recursos originados desta transação são exclusivos para repasses as Parceria Público-Privada, se tratando, portanto de obrigação da Companhia, que atua apenas como agente nessas operações, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos, conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado. No quadro abaixo segue o sumário da operação.

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

	31/03/2014	ajuste	31/03/2014 divulgado		31/03/2014	ajuste	31/03/2014 divulgado
ATIVO				PASSIVO			
Titulos e valores mobiliários	372.604	(349.998)	22.606	Tributos a recolher	1.490	-	1.490
Tributos a recuperar	3.176	-	3.176	JSCP e Dividendos a pagar	2.904	-	2.904
Total do ativo circulante	375.780	(349.998)	25.782	IR/CS a pagar	3.176	-	3.176
Contas a receber de clientes - EMG	180.518	(180.518)	-	Total do PC	7.570	-	7.570
Total do ativo não circulante	180.518	(180.518)	-	Obrigações por repasse - PPP (i)	530.516	(530.516)	-
				Total do PNC	530.516	(530.516)	-
				Total do passivo	538.086	(530.516)	7.570
				Patrimônio líquido			
				Capital social	533.274	-	533.274
				Reclassif. Obrig. por repasses PPP			
				(i)	(530.516)	-	(530.516)
				Reserva de lucros	9.324	-	9.324
				Resultado	6.130	-	6.130
				Total do PL	18.212	-	18.212
Total do Ativo	556.298	(530.516)	25.782	Total do Passivo e PL	556.298	(530.516)	25.782

9.2 – Impacto no Investimento da MGI

Com base nos itens acima mencionados, o investimento na MGI sobre a EMIP deve ser apresentado da seguinte forma:

	Controladora				Controladora		
	31/03/2014	ajuste	31/03/2014 divulgado		31/03/2014	ajuste	31/03/2014 divulgado
ATIVO				PASSIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	108.893	-	108.893	Fornec. outras ctas a pg	164	-	164
Titulos e valores mobiliários	82.254	-	82.254	Salários encargos sociais	708	-	708
Ctas a rec de clientes e outros créd.	409.294	-	409.294	Tributos a recolher	2.613	-	2.613
Tributos a recuperar	8.791	-	8.791	Provisão IR/CSLL	3.791	-	3.791
Imóveis para venda	11.764	-	11.764	Obrigações por repasse	12.709	-	12.709
Outras contas	128	-	128	Debêntures	357.769	-	357.769
Total do ativo circulante	621.124	-	621.124	Total do PC	377.754	-	377.754
Titulos e valores mobiliários	54.074	-	54.074	Debêntures	626.216	-	626.216
Depósitos judiciais	1.826	-	1.826	Obrigações por repasse	532.676	(530.516)	2.160
Ctas a rec de clientes e outros créd.	456.751	-	456.751	Passivo fiscal diferido	93.006	-	93.006
Investimentos em coligada	548.728	(530.516)	18.212	Total do PNC	1.251.898	(530.516)	721.382
Outros investimentos	1.213.934	-	1.213.934	Total do passivo	1.629.652	(530.516)	1.099.136
Imobilizado	89	-	89	Patrimônio líquido			
Intangível	27	-	27	Capital social	2.447.761	-	2.447.761
Total do ativo não circulante	2.275.429	(530.516)	1.744.913	Capital social a Integralizar	(54.669)	-	(54.669)
				Reclassif. Obrig. por repasses			
				PPP	(530.516)	-	(530.516)
				Reclassif. Obrig. por repasses			
				Convênios	(810.311)	-	(810.311)
				Reserva de lucros	44.111	-	44.111
				Aj. Aval. patrimonial	170.525	-	170.525
				Total do PL	1.266.901	-	1.266.901
Total do ativo	2.896.553	(530.516)	2.366.037	Total do passivo e PL	2.896.553	(530.516)	2.366.037

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da MGI não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém sobre a MGI. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

Notas Explicativas



Mutação dos investimentos:

	controladora	
	Helibrás (i)	EMIP
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	12.082
Aplicação em subsidiária integral	-	-
Participação no resultado abrangente da coligada	-	-
Equivalência patrimonial	-	6.130
Saldos em 31 de março de 2014	-	18.212

- (i) Em virtude do patrimônio líquido apurado pela coligada Helibrás apresentar-se negativo, principalmente em função da variação do valor justo dos seus instrumentos financeiros, o valor do investimento desta coligada foi reduzido a zero. Em função de não haver obrigações formalizadas e não formalizadas junto a esta coligada, a MGI não constituiu um passivo no valor R\$ 76.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras das coligadas:

	Controladora			
	31/03/2014		31/12/2013	
	Helibras	Emip	Helibras	Emip
Ativo circulante	779.425	375.780	882.167	423.166
Ativo não circulante	303.937	180.518	346.709	123.476
Total do Ativo	1.083.362	556.298	1.228.876	546.642
Passivo circulante	398.062	7.570	496.869	4.044
Passivo não circulante	722.289	-	798.372	-
Patrimônio Líquido	(36.989)	548.728	(66.365)	542.598
Total do passivo e patrimônio líquido	1.083.362	556.298	1.228.876	546.642
Capital social	28.624	533.275	28.624	533.275
Receita líquida	131.734	-	404.162	-
Resultado do período/exercício	(76)	6.130	(7.547)	8.712

10 Outros investimentos

		Controladora e Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013
Participações ao valor justo	a.	1.204.007	182.524
Participações ao custo de aquisição	b.	9.927	9.927
TOTAL		1.213.934	192.451

a. Participações ao valor justo

Os valores justos dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais representados por 78.582.845 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações trimestrais, classificados no nível um – mercado ativo – preço cotado (veja nota 21.o).

Notas Explicativas

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais, totalizando R\$870.743, conforme mencionado na nota 16.

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado		
	Cemig	Copasa	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	176.771	5.753	182.524
(+) Ações da CEMIG	870.743	-	870.743
(+/-) Variação no valor justo	150.875	(135)	150.740
Saldos em 31 de março de 2014	1.198.389	5.618	1.204.007

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Os investimentos em títulos e valores patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, conforme nota explicativa 21.o.

b. Participações ao custo de aquisição

Os investimentos, da Companhia, em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

Esses investimentos estão representados por 71.195 ações preferenciais e 45 ações ordinárias de cada uma das Companhias listadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Gerdau Açominas S.A.	4.376	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	4.000	4.000
Gerdau América do Sul Participações S.A.	876	876
Gerdau Aços Especiais S.A.	574	574
Outros	101	101
TOTAIS	9.927	9.927

11 Imobilizado e intangível

Movimentação dos saldos líquidos de depreciação e amortização:

Notas Explicativas



	CONTROLADORA E CONSOLIDADO				Saldo em 31/03/2014
	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	9	-	-	(1)	8
Móveis e utensílios	26	-	-	(3)	23
Veículos	42	-	-	(5)	37
Computadores e periféricos	23	-	-	(2)	21
Total do imobilizado	100	-	-	(11)	89
Softwares	28	-	-	(1)	27
Total do intangível	28	-	-	(1)	27
TOTAL	128	-	-	(12)	116

12 Debêntures

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada – segunda emissão – no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI, com a sua totalidade subscrita pelo EMG, dívida emitida para aquisição dos Direitos de Créditos Autônomos cedidos a Companhia.

Conforme nota explicativa 1, em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures simples terceira emissão, no valor total de R\$ 316.000 não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., com pagamento mensal dos juros e carência de seis meses para início das amortizações, estas a ocorrer a partir de 30 de março de 2013 em cinquenta e quatro parcelas mensais consecutivas, tendo como garantia real os Direitos de Créditos Autônomos. A integralização e subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012 pelo total de R\$ 316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

As amortizações e juros vencidos até o término do exercício seguinte estão classificados no passivo circulante e os demais no passivo não circulante, conforme demonstrado abaixo:

Tipo	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					Saldo em 31/03/2014
	Saldo em 31/12/2013	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	
Debêntures Subordinadas (i)						
Passivo circulante	267.578	-	29.271	-	-	296.849
Passivo não circulante	509.589	-	-	-	-	509.589
Sub-Total	777.167	-	29.271	-	-	806.438
Debêntures Seniores (ii)						
Passivo circulante	228.441	(116.627)	6.895	(6.895)	(50.894)	60.920
Passivo não circulante	-	116.627	-	-	-	116.627
Sub-Total	228.441	-	6.895	(6.895)	(50.894)	177.547
Passivo circulante	496.019	(116.627)	36.166	(6.895)	(50.894)	357.769
Passivo não circulante	509.589	116.627	-	-	-	626.216
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.005.608	-	36.166	(6.895)	(50.894)	983.985

- i. Em conformidade com a cláusula 4.6.3 da escritura das Debêntures Subordinadas, que estipula que a critério da emissora, poderá ocorrer a dação em pagamento de parte ou da totalidade do saldo dos créditos autônomos cedidos. Em 30 de setembro de 2017 a Companhia tem opção de

Notas Explicativas



utilizar como moeda de pagamento da segunda emissão (Cláusulas 4.6.2., 4.6.3., 4.9 e 4.13.2 da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures (Subordinadas) os parcelamentos constantes da Carteira de Direitos Creditórios classificados como “Rompidos”, cuja inadimplência supera noventa dias, de acordo com as informações prestadas pela SEF naquela data, ajustável mensalmente.

- ii. Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira-emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

Para a estimativa do Impacto dos Custos de transação no resultado do exercício e da Taxa Interna de Retorno (TIR), foram considerados os índices dos Depósitos Interbancários (DI)'s conhecidos até 31 de março de 2014 e repetindo-se o último para as datas subsequentes. A TIR foi calculada sobre o fluxo de caixa mensal estimado, transformada em equivalência ao ano.

Impacto dos Custos de Transação nas DRE's	
Debêntures	Debêntures 3ª Emissão
Taxa Interna de Retorno (TIR a.a.)	12,49%
2012	1.247
2013	2.861
2014	1.960
2015	1.366
2016	703
2017	158
Total	8.295

A escritura pública da terceira Emissão de Debêntures Seniores contém cláusulas restritivas ("covenants"), consistindo no Índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"), ambos apurados pelo Agente Fiduciário da terceira Emissão. O primeiro é calculado mensalmente com base nos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos cedidos e nas obrigações do período em análise, de modo que o seu resultado seja a cobertura das obrigações da terceira emissão de Debêntures (amortização e remuneração) pelos direitos de crédito em uma proporção equivalente ou superior a 1.8.

Já o segundo, também calculado mensalmente, consiste no somatório de direitos de créditos autônomos em proporção ao somatório das obrigações, ambos vencidos até 30 de agosto de 2017, data da última parcela de amortização e remuneração da terceira Emissão, de forma que atenda o equivalente ou superior a 200%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização, efetua o cálculo destes índices e, em 31 de março de 2014, foram apresentados da seguinte forma:

3ª Emissão de Debêntures Simples		
Covenants - Índices de acompanhamento das garantias*		
Mês de Referência	IC	IGR
mar/14	2,02	358,37%

* Os índices IC e IGR são instrumentos do Agente Fiduciário da terceira emissão, sendo calculado por este com intuito de acompanhar o comportamento das garantias.

Em 2013, a Companhia convocou Assembléia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, no qual deliberou, que o respectivo Evento de Avaliação **não constitui** um Evento de Inadimplemento, condicionado ao aumento do valor mínimo da conta do serviço da dívida, de 4 (quatro) para 5 (cinco) parcelas vencidas de Remuneração das debentures

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Seniores e a retenção de uma parcela adicional, passou o Valor Mínimo da Cota do serviço da Dívida para 6 (seis) parcelas.

A Assembléia Geral de Debenturistas de 20 de fevereiro de 2014, deliberou o aceite da proposta da emissora de amortização extraordinária das debêntures em circulação de R\$31.600, realizada em 26 de fevereiro de 2014, com o devido reflexo no Cronograma de Amortização e a concessão do perdão (waiver) em relação a 2 (dois) desenquadramentos dos índices de cobertura, referentes às datas de verificação de 01/08/2013 e 01/11/2013, sendo certo que resta desenquadrado, para fins de verificação da cláusula 6.1 (g) da Escritura de Emissão, o índice de cobertura apurado na Data de Verificação de 02/01/2014.

Após esta Assembleia, as debentures seniores voltaram ao seu curso normal de liquidação, e o seu saldo foi reclassificado do passivo circulante para passivo e não circulante, conforme cronograma de amortização.

13 Obrigações por repasses

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a. 6.164	7.533	6.164	7.533
Recursos da venda de imóveis de terceiros	b. 5.787	11.408	5.787	11.408
Créditos cedidos a maior	6c. 2.160	2.160	2.160	2.160
Créditos de terceiros	c. 348	314	348	314
Outras obrigações	410	189	410	189
	14.869	21.604	14.869	21.604
Circulante	12.709	19.444	12.709	19.444
Não Circulante	2.160	2.160	2.160	2.160

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (veja nota 1), destinados à cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços firmados junto à SEF e SEPLAG. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Créditos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos a serem repassados ao EMG.

14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício.

Notas Explicativas

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora		Consolidado
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014
Lucro antes dos impostos	17.317	2.867	20.493
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-
Receita de dividendos	-	-	-
Equivalência patrimonial	(6.130)	147	-
Base de cálculo para IRPJ	11.187	3.014	20.493
Total Imposto de renda e contribuição social (a)	(3.791)	(1.609)	(6.967)
Taxa efetiva	33,89%	53,38%	34,00%

Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido refere-se aos ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014
Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial	273.547	122.807	273.547
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(68.387)	(30.702)	(68.387)
Contribuição social (9%)	(24.619)	(11.052)	(24.619)
Passivo fiscal diferido	(93.006)	(41.754)	(93.006)

Saldo acumulado do Passivo Fiscal diferido

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	adições	31/03/2014
Saldo	41.754	51.252	93.006

15 Partes relacionadas

O controlador direto da Companhia é o EMG, que também é o seu controlador final.

As transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado juntos a SEF; (iii) dividendos da Cemig e Helibrás; (iv) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG.

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3.000.000, conforme deliberação do Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2014. Nesta mesma data, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aprovou aumento de capital social da Companhia por meio da transferência de ações preferenciais, de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, totalizando 65.965.387 ações, resultando em um montante de R\$870.743, o aumento se deu sem emissão de ações novas.

Com esse aporte, o capital social da Companhia passa para R\$ 2.447.761 (R\$ 1.577.018, em 31 de dezembro de 2013). Deste valor, o EMG, integralizou em janeiro e fevereiro de 2014 R\$777.015, reduzindo o capital social a integralizar de R\$831.684 em 2013 para R\$ 54.669.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	movimentações	31/03/2014
Capital Social	1.577.018	870.743	2.447.761
Capital Social a integralizar	(831.684)	777.015	(54.669)
Capital Social	745.334	1.647.758	2.393.092

Com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em especial o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, item 11, que menciona a definição de passivo financeiro e instrumento patrimonial, entende-se que nesta operação há obrigação de entrega de ativos financeiros (repasso para convênios e PPP) e que pela essência, deve ser registrada como passivo financeiro.

Assim previsto, a MGI reclassificou o aporte de capital efetuado pelo Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 1.340.827, do Patrimônio Líquido, conta de “Capital Social” para o Passivo não circulante, conta de “Obrigações por Repasse”.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013	movimentações	31/03/2014
Capital Social	1.577.018	870.743	2.447.761
Capital Social a integralizar	(831.684)	777.015	(54.669)
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(530.516)	-	(530.516)
Reclassificação obrigação por Repasse Convênios	(33.296)	(777.015)	(810.311)
Capital Social apresentado - CPC 39	181.522	870.743	1.052.265

O Capital Social é representado por 604.037.610 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Nos aumentos de capital da Companhia, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais que detém 99,96% das ações da sociedade. A Companhia possui também 35.860 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria correspondente à 0,01%, os 0,03% remanescentes, são detidos pelos acionistas, BDMG, 0,02% e a CEMIG 0,01%.

A composição do capital social em 31 de março de 2014 é a seguinte:

Notas Explicativas

ACIONISTAS	31/12/2013					31/03/2014				
	Ações (1)	Capital Social (2)	Capital Social Integralizado (2)	Capital Social a Integralizar (2)	%	Ações (1)	Capital Social (2)	Capital Social Integralizado (2)	Capital Social a Integralizar (2)	%
Estado Minas Gerais	603.783.120	1.576.723	745.039	(831.684)	99,9579	603.783.120	2.447.465	2.392.796	(54.669)	99,9579
BDMG	165.323	192	192	-	0,0274	165.323	192	192	-	0,0274
CEMIG	53.307	62	62	-	0,0088	53.307	62	62	-	0,0088
Ações em Tesouraria	35.860	42	42	-	0,0059	35.860	42	42	-	0,0059
TOTALS	604.037.610	1.577.019	745.335	(831.684)	100,0000	604.037.610	2.447.761	2.393.092	(54.669)	100,0000

Obs: 1 - Quantidade de ações em unidade. 2 - Valores em milhares de reais.

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

e. Juros sobre capital próprio

A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do presente exercício, observa os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

f. Lucros acumulados

Os lucros acumulados referem-se apenas ao lucro do período registrado no patrimônio líquido, e tem como contrapartida contas transitórias que serão encerradas quando da apuração do lucro do exercício.

g. Lucro líquido por ação básico

	Controladora		Consolidado
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	604.038	146.429	604.038
Resultado do período	13.526	1.258	13.526
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	22,39	8,59	22,39

17 Receita

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora		Consolidado
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014
Receitas de serviços	161	1.067	161
Receitas de recuperação de créditos	570	897	570
Receita de participação acionária	b 101	5	101
Receitas de atualização de créditos	a 31.728	29.204	31.728
Impostos sobre serviços (ISS)	(8)	(53)	(8)
PIS/COFINS	(112)	(169)	(112)
Receita	32.440	30.951	32.440

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem principalmente da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de outros investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	Controladora		Consolidado
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014
Copasa	44	-	44
Gerdau Açominas S.A.	47	5	47
Outras	10	-	10
	101	5	101

18 Custos

	Controladora		Consolidado
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014
Pessoal	884	971	884
Obrigações por repasse	164	-	164
Serviços terceiros	135	124	135
Despesas judiciais	22	101	22
Juros sobre Debêntures	a 36.166	28.966	36.166
Amortização de custos de transação	582	834	582
Demais custos	50	60	50
	38.003	31.056	38.003

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (corrigidas de acordo com a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures) e das Debêntures Seniores.

19 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014
Receitas Financeiras			
Receitas aplicações financeiras	17.160	3.515	26.638
Receitas com títulos e valores mobiliários	648	428	654
Receitas de atualização de créditos	133	33	141
	17.941	3.976	27.433
Despesas Financeiras			
IOF	(444)	(42)	(444)
Outras despesas	-	(7)	-
	(444)	(49)	(444)
Resultado Financeiro Líquido	17.497	3.927	26.989

Notas Explicativas



20 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$ 730.677 e R\$134.303, respectivamente.

O objetivo dessa operação é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Do valor mencionado, o Estado de Minas Gerais já integralizou, até 31 de março de 2014, o valor de R\$810.311, sendo que em 2013, pagou R\$ 33.296 e neste trimestre o valor de R\$ 777.015, e R\$ 139.152 foram repassados aos municípios em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais, conforme demonstrado abaixo:

Convênios	Controladora e Consolidado		
	31/12/2013 saldo inicial	movimentação	31/03/2014 saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	3.400	(80)	3.320
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDVAN	1.925	-	1.925
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	3.336	43.583	46.919
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	10.132	(1)	10.131
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	2.000	-	2.000
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	-	42.461	42.461
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	10.000	22.396	32.396
	30.793	108.359	139.152

A Companhia reclassificou o aporte recebido do acionista do Patrimônio Líquido para Passivo não circulante, pois os recursos originados desta transação são exclusivos para repasses aos conveniados, tratando-se, portanto, de obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa informação intermediária, conforme apresentado abaixo:

Notas Explicativas



21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Créditos Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente as obrigações nas duas emissões de debêntures. Em 31 de março de 2014 decorreu-se doze meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

Notas Explicativas

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

	nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	108.874	113.586	108.874	113.586
Contas a receber de clientes e outros créditos (curto e longo prazo)	6	866.045	886.127	863.141	883.223
Títulos e valores mobiliários (curto e no longo prazo)	5	136.328	129.948	158.934	145.644
Total		1.111.247	1.129.661	1.130.949	1.142.453

e. Perdas por redução no valor recuperável**Contas a receber de clientes e outros créditos**

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrente de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrente da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Direitos de Créditos Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 21.n.

A Companhia mantém registrado em seu ativo provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 6.d).

Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de suas controladas de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e suas controladas sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Notas Explicativas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Passivo financeiro não derivativo					
Fornecedores e outras contas a pagar		164	297	164	297
Obrigações por repasse	13	14.869	21.604	14.869	21.604
Debêntures Subordinadas	12	806.438	777.167	806.438	777.167
Debêntures Seniores	12	177.547	228.441	177.547	228.441
Total		999.018	1.027.509	999.018	1.027.509

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da terceira emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de cinco parcelas vincendas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, R\$ 10 mil, com o primeiro percentual em 2,92% e o último de 1,27% para 1,09%, (veja nota 12), conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, esta estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e conseqüentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

h. Risco cambial

A Companhia e suas controladas não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

i. Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras	142.785	129.415
Aplicações financeiras vinculadas	114.607	118.346
Total de direitos creditórios (a)	862.900	883.089
Debêntures	(983.985)	(1.005.608)
Saldo líquido de exposição	136.307	125.242
Indexador IGP-M		
Títulos e valores mobiliários	10.416	11.469

Notas Explicativas



(a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e suas controladas.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 31 de março de 2014, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	(3.748)	(7.497)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*	11,00	8,25	5,50

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deteriorização dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2014, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Notas Explicativas



Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,62% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de março de 2014, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,001%.

l. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

m. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

n. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2014		31/12/2013		31/03/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantidos até o vencimento	136.328	136.328	129.948	129.948	158.934	158.934	145.644	145.644
Títulos e valores mobiliários	136.328	136.328	129.948	129.948	158.934	158.934	145.644	145.644
Empréstimos e recebíveis	1.865.063	1.839.796	1.913.636	1.868.180	1.862.159	1.836.892	1.910.732	1.865.276
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	3.145	3.145	3.038	3.038	241	241	134	134
Direitos de Créditos Autônomos	862.900	837.633	883.089	837.633	862.900	837.633	883.089	837.633
Fornecedores	164	164	297	297	164	164	297	297
Obrigações por repasse	14.869	14.869	21.604	21.604	14.869	14.869	21.604	21.604
Debêntures	983.985	983.985	1.005.608	1.005.608	983.985	983.985	1.005.608	1.005.608

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** – Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigações por repasse** - As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

o. Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$ 1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foi calculado pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de

Notas Explicativas



fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.

- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

	<u>Reconhecimento inicial</u>
24 de julho de 2012	
Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

p. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	Saldo em 31/03/2014	Valor justo em 31 de março de 2014		
		Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cemig e Copasa nota 10.a	1.204.007	1.204.007	-	-
Demais investimentos nota 10.b	9.927	-	-	9.927

A nota explicativa 10.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e conseqüentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. O preço de mercado de suas ações não estão disponíveis. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

22 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2014, a cobertura de seguros contra danos materiais era composto por R\$ 1.077 para a Companhia.

23 Transação que não envolveu caixa e equivalente de caixa

Em 28 de fevereiro de 2014 a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, através de transferência de ações da CEMIG, que afetaram o investimento da Companhia. Essa transação não envolveu caixa e por isso não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

24 Evento Subsequente

A MGI realizou procedimento seletivo com o objetivo de contratar operação de estruturação e execução de operação financeira, lastreada em ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG – CMIG4, de sua propriedade.

Notas Explicativas



Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou, nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, a sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, lastreadas em 69.000.000 ações preferenciais da CEMIG – CMIGI4s MGI.

Do montante de ações preferenciais, 65.965.387 são referentes ao aporte de capital, do acionista controlador, Estado de Minas Gerais ocorrido em 28 de fevereiro de 2014, conforme Assembléia Geral Ordinária, conforme citado na nota explicativa 10.a.

Foram emitidas 650 debêntures no valor nominal de R\$1.000 cada, resultando numa captação total de R\$650.000, com prazo de vigência de 218 meses a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 12 de julho de 2032, com pagamento semestral do principal iniciando em 11 de julho de 2016. As debêntures serão remuneradas pela Taxa DI, capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (spread) de 3,4376 a.a., com pagamento semestral a partir de julho de 2014.

A Companhia espera que os recursos produzidos pelas ações alienadas fiduciariamente, dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG nesse período, cessão fiduciária dos direitos, sejam suficientes para a quitação do principal mais a remuneração.

Os recursos derivados da alienação fiduciária das ações CMIGI4s bem como da cessão fiduciária dos direitos creditórios, serão destinados à execução de programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental.

Dentre os objetivos da MGI, o inciso IX do art. 2º do seu Estatuto prevê: [...] IX – Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual.

Conselho de Administração

Leonardo Maurício Colombini Lima - Presidente

Fernando Viana Cabral - Vice-presidente

Antônio Jorge de Souza Marques - Membro

Perácio Alves Salvador - Membro

José Orlando Silva e Santos - Membro

Sady da Cunha Pereira - Membro

Eduardo Antonio Codo Santos - Membro

Diretoria Executiva

Fernando Antônio dos Anjos Viana – Diretor Presidente

Leandro Ramon Campos Gusmão – Diretor Vice-Presidente

Notas Explicativas



Carlos Roberto de Souza – Diretor de Relações com Investidores

Daniel Rodrigues Nogueira – Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MGI – Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Em 31 de março de 2014, a administração da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 21.o, divulgou o valor justo sobre os direitos de crédito autônomo no montante de R\$837.633, requerido pelo CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto não apresentou documentação suficiente para revisarmos o referido saldo naquela data.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 21 (o) às demonstrações financeiras que descreve que o reconhecimento e mensuração inicial dos Direitos de Créditos Autônomos no valor de R\$1.086.443 mil em 24 de julho de 2012 foram efetuados considerando o valor justo estimado de acordo com os critérios descritos e conforme requerido pelo CPC 38. O valor justo estimado poderia ser diferente caso existisse um mercado de negociação ativo para tais instrumentos financeiros. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1